

APOIO AO
MOVIMENTO

cultural & social

>>> MUNICÍPIO
montemor-o-velho

regulamento



REGULAMENTO MUNICIPAL DO APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO CULTURAL E SOCIAL DE MONTEMOR-O-VELHO

PREÂMBULO

O movimento associativo do Município de Montemor-o-Velho tem uma expressão relevante, contribuindo de forma inequívoca para a sociabilização, construção da identidade e afirmação da cidadania, numa atitude de clara vivência democrática. Com efeito, as associações e instituições afirmam-se como polos de desenvolvimento e enriquecimento das comunidades locais, pelo que o Município de Montemor-o-Velho tem vindo a apoiar ao longo dos anos as suas iniciativas de interesse público municipal, nomeadamente as de natureza cultural e social, traduzindo-se na concessão de apoios financeiros, técnicos e logísticos.

No entanto, o carácter dinâmico e alucinante da sociedade atual exige a atenção do Município de Montemor-o-Velho sobre novas problemáticas e realidades que obrigam à constante renovação e organização das estruturas associativas.

O anterior Regulamento do Apoio Municipal a Associações Culturais, Recreativas e Instituições Particulares de Solidariedade Social entrou em vigor a 10 de abril de 2015. Atualmente, fruto da sua execução, verifica-se que existe a necessidade de colmatar algumas lacunas não detetadas inicialmente, bem como proceder à sua adequação às novas realidades.

O Regulamento Municipal do Apoio ao Movimento Cultural e Social de Montemor-o-Velho, adiante designado de regulamento, irá permitir uma melhor articulação com as associações e instituições e um apoio mais eficaz no desenvolvimento das suas atividades. Neste contexto, o presente regulamento considera as associações e instituições nas suas mais variadas expressões e manifestações culturais (música instrumental música coral, dança, teatro, folclore, etnografia, escolas de artes, artes visuais, artes plásticas, artes do espetáculo, património cultural, património natural, transdisciplinares e multidisciplinares), de solidariedade e de responsabilidade social. Por outro lado, o presente regulamento tem como missão disciplinar a atribuição de apoios às associações e instituições no desenvolvimento cultural e social do Município de Montemor-o-Velho, garantindo maior abrangência, flexibilidade, eficiência, eficácia, rigor e transparência.

Prosseguindo este objetivo, o Município de Montemor-o-Velho, através dos seus serviços cultural e social, facultará a informação e o aconselhamento necessários aos dirigentes das associações e instituições, bem como promoverá sinergias junto do tecido associativo.

Pretende-se, ainda, implementar uma política que promova o aparecimento e a realização de projetos culturais e sociais, de reconhecida qualidade e interesse para o Município de Montemor-o-Velho, devendo possibilitar a criação de condições técnicas, logísticas e materiais a todos os níveis para seu o desenvolvimento.

O Município de Montemor-o-Velho procura, deste modo, assumir um papel dinamizador e facilitador junto das associações e instituições, apoiando e colaborando, bem como valorizando o esforço e trabalho dos seus dirigentes e associados, com o objetivo de contribuir para a construção de um tecido associativo mais forte na articulação entre o profissionalismo e o voluntariado.

No conjunto, constitui objetivo deste regulamento a distinção entre programas de apoio a atividades de carácter anual e programas de apoio a atividades de carácter pontual; a definição de critérios de avaliação e decisão das candidaturas aos apoios a conceder; a avaliação anual da aplicação dos apoios concedidos; o enquadramento dos apoios municipais às associações e instituições através de contratos-programa, de forma a assegurar que os apoios financeiros e outros a conceder dinamizem efetiva e permanentemente a vida cultural e social; a progressiva autonomia das associações e instituições em relação ao Município de Montemor-o-Velho, nomeadamente, através do envolvimento da população local na vida das mesmas; sensibilização e mobilização das associações e instituições para a consolidação da prática associativa; a generalização do acesso à prática associativa, estimulando as associações e instituições para a cultura local, num espírito de cidadania participada.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente regulamento tem como legislação habilitante os artigos 112º e 241º da Constituição República Portuguesa e o disposto nos artigos 25º, nº 1, alínea g), e 33º, nº 1, alíneas o) e u), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e o artigo 47.º da Lei 5/2007, de 16 de janeiro.

Artigo 2.º

Objeto

O presente regulamento define as condições de acesso, normas de candidatura e apoios a conceder pelo Município de Montemor-o-Velho, a associações culturais e recreativas (adiante designadas por associações), e instituições particulares de solidariedade social (adiante designadas por IPSS), que desenvolvam atividade de índole cultural, recreativa ou social.

Artigo 3.º

Definições

1. Para efeitos do disposto no presente regulamento, são de considerar:

- a) Associações de natureza cultural — pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob forma associativa e sem fins lucrativos que tenham como princípio o desenvolvimento e a prática direta de atividades culturais, designadamente nas áreas da música, do teatro, da dança, do folclore e etnografia, artes visuais, artes plásticas, artes do espetáculo, manifestações de cultura popular, património cultural ou natural, transdisciplinares e multidisciplinares, bem como associações de desenvolvimento local, que trabalhem comunitariamente aspetos ligados à cultura e à sociedade onde se inserem (por exemplo ao nível do artesanato, produtos regionais, gastronomia);
- b) Associações de natureza recreativa — pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob forma associativa e sem fins lucrativos que tenham como princípio o desenvolvimento e a prática direta de atividades recreativas, sejam de ocupação de tempos livres, recreação e convívios vários a nível comunitário;
- c) Associações de natureza social — Instituições Particulares de Solidariedade Social — pessoas coletivas de direito privadas constituídas sob forma associativa e sem fins lucrativos que desenvolvem atividades de ação social de apoio à família, à infância, à juventude, à população com deficiência, à terceira idade, ou a grupos mais vulneráveis da população, através da prevenção/resolução de situações de carência, disfunção e marginalização;
- d) Outras associações de relevante interesse para o Município — pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob forma associativa e sem fins lucrativos, de natureza cultural, recreativo, juvenil, social ou outro, que pelas atividades desenvolvidas no Município de Montemor-o-Velho, independentemente de nele terem a sua sede, sejam consideradas de relevante interesse para o Município por deliberação de Câmara.

CAPÍTULO II Condições gerais de candidatura

Artigo 4.º Condições gerais

1. Na área da cultura, podem candidatar-se aos apoios previstos no presente regulamento as associações que promovam atividades culturais, sociais, recreativas ou outras de relevante interesse público municipal e que preencham ainda, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Se encontrem legalmente constituídas e registadas;
- b) Tenham os órgãos sociais legalmente constituídos e em efetividade de funções;
- c) Possuam sede no Município, ou não a tendo, aí exerçam e desenvolvam atividades de interesse cultural, social, recreativo ou outras de relevante interesse municipal;
- d) Possuam inscrição atualizada no registo municipal;
- e) Situação contributiva regularizada.

2. Na área da ação social, podem candidatar-se aos apoios previstos no presente regulamento as IPSS que promovam atividades de ação social de apoio à família, à infância, à juventude, à população com deficiência, à terceira idade, ou a grupos mais vulneráveis da população, através da prevenção/resolução de situações de carência, disfunção e marginalização e que preencham ainda, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Se encontrem legalmente constituídas e registadas;
- b) Tenham os órgãos sociais legalmente constituídos e em efetividade de funções;
- c) Possuam sede no Município, ou não a tendo, aí exerçam e desenvolvam atividades de interesse cultural, social, recreativo ou outras de relevante interesse municipal;
- d) Possuam inscrição atualizada no registo municipal das associações culturais e recreativas e IPSS;
- e) Situação contributiva regularizada;
- f) Autorização da Segurança Social para funcionamento e exercício da atividade como IPSS;
- g) Fazer parte dos parceiros da Rede Social (integração no Conselho Local de Ação Social - CLAS).

Artigo 5.º **Registo Municipal**

1. As associações e IPSS que pretendam beneficiar dos apoios previstos no presente Regulamento têm de estar obrigatoriamente inscritas no Registo Municipal.
2. O pedido de inscrição no Registo Municipal deve ser apresentado junto dos serviços da Unidade Orgânica de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, instruído com os seguintes documentos:
 - a) Cópia do cartão de identificação de pessoa coletiva;
 - b) Documento de constituição (escritura);
 - c) Cópia dos estatutos das associações, coletividades ou IPSS;
 - d) Cópia do regulamento interno, quando previsto nos estatutos;
 - e) Cópia da publicação no Diário da República do estatuto de utilidade pública, caso exista;
 - f) Cópia do termo de posse dos atuais corpos sociais;
 - g) Cópias do plano de atividades e do orçamento do não em curso, bem como das atas das respetivas aprovações em assembleia geral e/ou direção;
 - h) Cópias do relatório de atividades e do relatório de contas do ano anterior, bem como das atas das respetivas aprovações em assembleia geral;
 - i) Declaração assinada pelo presidente de assembleia geral onde conste o número total de associados;
 - j) Declaração de autorização da Segurança Social para funcionamento e exercício da atividade como IPSS.

Artigo 6.º **Atualização do Registo Municipal**

1. Até 31 de março de cada ano as associações e IPSS deverão atualizar o seu registo, mediante a apresentação dos documentos atualizados e referidos no n.º 2 do artigo anterior.
2. Sempre que ocorram alterações aos factos titulados pelos documentos referidos no artigo 4.º, as associações culturais e recreativas e IPSS deverão informar o Município no mês seguinte à sua ocorrência.

CAPÍTULO III **Tipos de Apoios**

Artigo 7.º **Apoios**

1. Os programas de apoio assumirão as seguintes modalidades:
 - a) Programa do Apoio ao Desenvolvimento Associativo;
 - b) Programa do Apoio a Infraestruturas;
 - c) Programa do Apoio a Equipamentos e Modernização Associativa;
 - d) Programa do Apoio Pontual;
 - e) Outros apoios, nomeadamente cedência de transporte, equipamento e instalações, a estabelecer em regulamentos próprios.
2. O apoio financeiro atribuído às diversas candidaturas apresentadas fica condicionado à dotação orçamental anualmente inscrita para o efeito no plano de atividades e no orçamento do Município.
3. Devem ser comunicadas previamente quaisquer subvenções e/ou apoios financeiros a todos projetos candidatados no âmbito deste regulamento.

Artigo 8.º **Programa do Apoio ao Desenvolvimento Associativo**

1. Nas áreas cultural e recreativa, tem como finalidade a atribuição de apoios às atividades desenvolvidas, com carácter permanente e continuado a realizar durante o ano para o qual é atribuído.
2. Na área social, tem como finalidade a atribuição de apoios às atividades desenvolvidas, a realizar durante o ano para o qual é atribuído.
3. Na área cultural, enquadram -se, designadamente, os seguintes tipos de apoio:
 - a) Apoio financeiro e/ou logístico à manutenção e desenvolvimento de secções, designadamente, nas áreas da música, do teatro, da dança, do folclore e etnografia, artes visuais, artes plásticas, artes do espetáculo, manifestações de cultura popular, património cultural ou natural, transdisciplinares e multidisciplinares;
 - b) Apoio financeiro e/ou logístico à manutenção e desenvolvimento das atividades culturais ou outras de relevante interesse público municipal;

- c) Apoio na divulgação e publicidade das atividades a desenvolver;
- d) Apoio à formação de dirigentes associativos e técnicos.

4. Na área recreativa, enquadram -se, designadamente, os seguintes tipos de apoio:

- a) Apoio financeiro e/ou logístico à manutenção e desenvolvimento de atividades recreativas, seja de ocupação de tempos livres, recreação e convívios vários a nível comunitário ou outras de relevante interesse público municipal;
- b) Apoio na divulgação e publicidade das atividades a desenvolver;
- c) Apoio à formação de dirigentes associativos e técnicos.

5. Na área social, o apoio ao desenvolvimento associativo tem como finalidade a atribuição de apoios não decorrentes da sua atividade regular, mas sim, designadamente, para o desenvolvimento de projetos nos seguintes domínios:

- a) Contributo para o desenvolvimento e consolidação da rede e equipamentos sociais;
- b) Promoção da diversificação e qualificação dos serviços de natureza social.

Artigo 9.º

Programa do Apoio a Infraestruturas

1. Os apoios destinam-se à construção, conservação, reabilitação ou remodelação de instalações e podem assumir a forma de comparticipação financeira ou outra.

2. Enquadram-se neste âmbito, nomeadamente:

- a) Apoio na elaboração do projeto;
- b) Apoio financeiro no custeamento de obras de conservação, reabilitação, remodelação de instalações existentes ou construção de novas instalações;
- c) Apoio técnico, relacionado com estudos prévios e projetos e/ou de ordem financeira;
- d) Cedência de materiais de construção, máquinas ou meios humanos para a execução das obras referidas na alínea anterior.

3. Enquadra -se, ainda, no presente apoio a comparticipação financeira para a aquisição de terrenos e de outras infraestruturas.

Artigo 10.º

Programa do Apoio a Equipamentos e Modernização Associativa

1. Este programa tem por fim possibilitar às associações e IPSS apoio para a aquisição de material e equipamento indispensável ao seu funcionamento, bem como à sua modernização.
2. Incluem -se no âmbito deste apoio, nomeadamente:
 - a) O apoio na aquisição de equipamentos informático, audiovisual ou multimédia;
 - b) O apoio na aquisição de veículos de transporte;
 - c) Aquisição de outros bens móveis.

Artigo 11.º

Programa do Apoio Pontual

1. O apoio a atividades de carácter pontual consiste no apoio financeiro ou técnico-logístico, de interesse público concelhio, regional e/ou nacional, não incluídas pelas associações e IPSS no seu programa de apoio ao desenvolvimento associativo.
2. Este apoio pode revestir-se das seguintes formas:
 - a) Promoção de projetos de desenvolvimento e implementação de atividades que, pela sua natureza, diferenciação e inovação no Concelho, são de relevante interesse para o Município;
 - b) Atender a situações de emergência que impeçam o normal desenvolvimento do projeto associativo, com o apoio para a aquisição de material, equipamento e serviços indispensável ao seu funcionamento;
 - c) Outras situações.

Artigo 12.º

Carteira Municipal de Parcerias

1. A Carteira Municipal de Parcerias tem como objetivo a divulgação e promoção do trabalho e dos equipamentos das associações e IPSS, o estabelecimento de metas no relacionamento entre Município e estas, o estímulo à itinerância, ao inter-relacionamento, à cooperação institucional, bem como a constituição de uma programação anual equilibrada em termos temporais, territoriais e artísticos.
2. Ficam vinculadas à integração na Carteira Municipal de Parcerias todas as associações e IPSS que forem apoiadas no âmbito dos quatro programas de apoio, pelo que terão de participar no mínimo em 2 eventos, no ano civil a que diz respeito.

3. Os demais termos de concretização serão definidos anualmente e constantes no contrato-programa a ser celebrado.

CAPÍTULO IV

Formalização das candidaturas

Artigo 13.º

Abertura das candidaturas

1. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Associativo é iniciado por deliberação do Executivo Municipal, reportando-se às atividades a executar no ano civil em curso subsequente à publicação do aviso.
2. Os Programas de Apoio a Infraestruturas, a Equipamentos e Modernização Associativa e a Eventos de Caráter Pontual são abertos por deliberação de Câmara Municipal e subsequente publicação de aviso.
3. Dos avisos de abertura dos programas constam:
 - a) Formulário de candidatura;
 - b) Prazo da candidatura;
 - c) Plafond financeiro anual para as áreas da cultura e recreio;
 - d) Plafond financeiro anual para a área da ação social;
 - e) Plafond financeiro anual destinado para o mérito dos projetos apoiados;
 - f) Determinação do período de vigência do contrato-programa a celebrar;
 - g) Outras disposições transitórias.

Artigo 14.º

Instrução das candidaturas

1. As candidaturas devem ser formalizadas através do preenchimento de formulário próprio a ser disponibilizado nos termos dos avisos de abertura.
2. Ao formulário devidamente preenchido, nas candidaturas ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Associativo, devem ser anexados os seguintes documentos:
 - a) Descrição das ações a desenvolver ao abrigo do(s) apoio(s) solicitado(s), com a respetiva justificação cultural, recreativa ou social;
 - b) Calendarização das ações a desenvolver;
 - c) Previsão de custos, receitas e necessidades de financiamento;

- d) Indicação de eventuais pedidos de financiamento solicitados ou a solicitar a outras entidades, públicas ou privadas, bem como o tipo de apoio recebido ou que se preveja receber.

3. Ao formulário devidamente preenchido, nas candidaturas ao Programa de Apoio a Infraestruturas, devem ser anexados os seguintes documentos:

- a) Descrição das ações a desenvolver ao abrigo do(s) apoio(s) solicitado(s), com a respetiva justificação social ou cultural;
- b) Calendarização dos trabalhos;
- c) Previsão de custos, receitas e necessidades de financiamento, acompanhada dos respetivos orçamentos detalhados por ação;
- d) Indicação de eventuais pedidos de financiamento solicitados ou a solicitar a outras entidades, públicas ou privadas, bem como o tipo de apoio recebido ou que se preveja receber;
- e) Planta de localização e dos elementos necessários à apreciação do pedido;
- f) Orçamentos de fornecedores que permitam a análise e comparação das propostas. Devem ser apresentados pelo menos três orçamentos;
- g) Listagem dos materiais necessários e respetivas quantidades, quando o apoio se reporte ao fornecimento de alguns materiais para execução de obras de conservação, reabilitação, remodelação de instalações existentes ou construção de novas instalações.

4. Ao formulário devidamente preenchido, nas candidaturas ao Programa do Apoio a Equipamentos e Modernização Associativa, devem ser anexados os seguintes documentos:

- a) Descrição das ações a desenvolver ao abrigo do(s) apoio(s) solicitado(s), com a respetiva justificação social ou cultural;
- b) Periodicidade;
- c) Previsão de custos, receitas e necessidades de financiamento, acompanhada dos respetivos orçamentos detalhados por ação;
- d) Indicação de eventuais pedidos de financiamento solicitados ou a solicitar a outras entidades, públicas ou privadas, bem como o tipo de apoio recebido ou que se preveja receber;
- e) Orçamentos de fornecedores que permitam a análise e comparação das propostas, ficando as entidades requerentes obrigadas, posteriormente, a apresentar os comprovativos da realização da(s) despesa(s) financiada(s). Devem ser apresentados pelo menos três orçamentos.

5. As candidaturas ao Programa de Apoio Pontual são instruídas com os seguintes documentos:

- a) Identificação e caracterização das áreas e ações a desenvolver;
- b) Discriminação do público-alvo da atividade;
- c) Meios humanos, materiais e financeiros necessários, assim como a respetiva calendarização e orçamento;
- d) Orçamentos de fornecedores que permitam a análise e comparação das propostas, ficando as entidades requerentes obrigadas, posteriormente, a apresentar os comprovativos da realização da(s) despesa(s) financiada(s). Devem ser apresentados pelo menos três orçamentos.

6. A Câmara Municipal pode, sempre que o entender, solicitar às entidades requerentes os elementos e ou esclarecimentos que considere pertinentes para a apreciação da candidatura.

Artigo 15.º

Entrega das candidaturas

As candidaturas são entregues: pessoalmente; expedidas por correio para a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho; para o correio eletrónico geral@cm-montemorvelho.pt ou por outro meio a divulgar oportunamente, nos prazos e termos previstos nos respetivos avisos de abertura.

Artigo 16.º

Apresentação das candidaturas

As associações e IPSS poderão candidatar-se a mais do que um apoio, não excedendo dois anuais.

CAPÍTULO V

Avaliação e decisão das candidaturas

Artigo 17.º

Critérios de ponderação e financiamento

1. As candidaturas são avaliadas, separadamente por projeto, nos termos dos critérios constantes no Anexo 1, obtendo uma pontuação numa escala de 1 a 5, sendo 1 valor, a classificação mínima e 5 valores, a classificação máxima.

2. O financiamento será distribuído de acordo com a seguinte fórmula de cálculo:

$$F = \frac{P_i}{P_t} * P_l$$

em que:

F= Financiamento do projeto;

P_i=Pontuação do projeto;

P_t=Somatório das pontuações todos os projetos;

P_l= Plafond financeiro anual.

3. O apoio financeiro a conceder nunca poderá ser inferior a 50% da remuneração mínima nacional.

4. No que diz respeito aos apoios a serem concedidos no âmbito do Programa de Apoio às Infra-estruturas, estes têm os seguintes valores máximos:

- a) Até 60% para obras/apetrechamento de valor total até 2500€;
- b) Até 50% para obras/apetrechamento de valor total entre 2500€ e 10000€;
- c) Até 40% para obras/apetrechamento de valor total entre 10000€ e 50000€;
- d) Para obras/apetrechamento de valor superior a 50000€ o Município reserva-se no direito de definir o valor a atribuir.

5. No que diz respeito à aquisição de veículos de transporte no âmbito do Programa do Apoio a Equipamentos e Modernização Associativa, o apoio financeiro a ser concedido tem em conta aos seguintes aspetos:

- a) A comparticipação anual é de, no máximo, de três veículos;
- b) O apoio financeiro a ser transferido, apenas será efetuado mediante a apresentação de cópia da fatura e recibo da aquisição, cópia do registo de propriedade e cópia do livrete do veículo;
- c) Cada associação ou IPSS poderá receber este apoio apenas uma vez em cada quatro anos, sem prejuízo do cumprimento dos pontos anteriores;
- d) A associação ou IPSS ficará com a responsabilidade do cumprimento das regras de manutenção e segurança de transporte de passageiros, adaptadas ao veículo adquirido, e obrigada a mencionar no veículo, nas suas laterais e retaguarda o apoio da autarquia;
- e) A associação ou IPSS obrigar-se-á a ceder ao Município os veículos objeto do apoio para realização das suas atividades, desde que, essa reserva seja efetuada com 15

dias de antecedência, e que não prejudique o normal desenvolvimento das suas atividades;

- f) Os veículos adquiridos com o apoio não poderão ser alienados, doados ou onerados de qualquer forma, pelo período de 4 anos após a sua aquisição efetiva, mediante autorização do Município e com pedido devidamente justificado;
- g) A alienação, doação ou oneração desses veículos, ou a não aquisição efetiva no ano em que as associações culturais, recreativas ou IPSS se candidatarem e cujo apoio tenha sido contemplado em orçamento, darão lugar à exclusão da candidatura nos 3 anos seguintes a todos os apoios municipais e de oito anos no apoio à aquisição de equipamentos e viaturas;
- h) Excecionando-se do número anterior, por despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador com competências delegadas, os casos devidamente comprovados, relativos a veículos que sofram de vícios que impeçam a realização do fim a que se destinam;
- i) O Município reserva-se ao direito de efetuar uma avaliação circunstancial de modo a operar alterações aos valores e condições propostas, de forma devidamente justificada e fundamentada;
- j) No caso da extinção da associação ou IPSS todos os veículos adquiridos com o apoio da Autarquia reverterem para o Município, nos seis meses subsequentes à sua extinção;
- k) O apoio financeiro terá os seguintes valores máximos:
 - Viatura de 9 lugares nova – Até 50% do valor total no máximo de 12000€;
 - Viatura de 9 lugares usada – Até 40% do valor total no máximo de 3500€;
 - Miniautocarros ou Autocarros – 35% do valor total para uma viatura nova num máximo de 20000€ e a mesma percentagem para uma viatura usada num máximo de 7500€.

Artigo 18.º

Recurso a entidades exteriores

Caso se justifique, pode a Câmara Municipal solicitar pareceres técnicos a entidades externas que tiver por convenientes.

CAPÍTULO VI

Contratualização, acompanhamento e conclusão do apoio

Artigo 19.º

Contratos-programa

1. No âmbito do presente regulamento os apoios são concedidos mediante a celebração de contrato-programa.
2. O contrato-programa fixa, de forma inequívoca, os direitos e os deveres dos outorgantes, e as formas de apoios financeiros, materiais, logísticos e técnicos a conceder pela Câmara Municipal. Sendo assim, deve contemplar:
 - a) Os diversos apoios concedidos;
 - b) O plano de pagamentos;
 - c) As contrapartidas dadas pelas associações e IPSS.
3. O contrato-programa poderá ser rescindido por qualquer uma das partes pelo incumprimento das cláusulas do mesmo, desde que comunicado com aviso prévio de 30 (trinta) dias à parte contrainteressada.

Artigo 20.º

Relatório de avaliação

1. No âmbito de qualquer apoio, deverá ser entregue um relatório de avaliação contendo uma descrição sumária das atividades apoiadas, prova documental da sua realização em fotografia e/ou outros e da afetação das verbas transferidas.
2. No que diz respeito ao Programa do Apoio ao Desenvolvimento Associativo, deverá ser entregue um relatório de avaliação no último trimestre do ano civil a que diz respeito;
3. No que diz respeito aos Programas do Apoio a Infraestruturas e a Equipamentos e Modernização Associativa o número e a periodicidade dos relatórios de avaliação são fixados no contrato-programa celebrado.
4. Relativamente ao Programa do Apoio a Eventos de Caráter Pontual, após a realização do mesmo, a associação deverá entregar um relatório de avaliação, bem como relatório de contas, no prazo de dois meses após a sua conclusão.

Artigo 21.º

Mérito

1. Todos os projetos associativos apoiados no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Associativo serão acompanhados, tendo em vista a avaliação dos resultados, reconhecimento do seu mérito e impacto no desenvolvimento sociocultural do Município.
2. A avaliação do mérito tem subjacente a análise nos termos dos critérios constantes no Anexo 1.
3. Sem prejuízo do acompanhamento técnico levado a cabo pelos serviços de cultura e ação social aos projetos associativos apoiados, a avaliação dos seus resultados, o reconhecimento do seu mérito e impacto no desenvolvimento sociocultural no Município poderá ser feito mediante parecer técnico de personalidades, peritos ou instituições, solicitado pela Câmara Municipal.
4. O apoio municipal por mérito será atribuído aquando do encerramento dos projetos.

Artigo 22.º

Suspensão, exclusão ou cessação dos apoios

1. A Câmara Municipal reserva-se no direito de exigir documentação idónea que permita concluir que o destino do apoio financeiro foi efetivamente aquele para o qual foi atribuído.
2. A existência de irregularidades na aplicação das verbas concedidas, nomeadamente a sua utilização para fins diferentes dos estabelecidos ou acordados, implicará a imediata suspensão do processamento, implicando a exclusão da associação, coletividade ou instituição nas candidaturas à concessão de quaisquer dos apoios previstos no presente Regulamento no ano civil imediatamente seguinte.
3. As situações previstas no número anterior, bem como as falsas declarações e a inobservância das restantes disposições do presente Regulamento, reservam ainda à Câmara Municipal o direito de exigir a restituição das verbas despendidas e adotar os procedimentos legais julgados adequados, sem prejuízo da eventual responsabilidade criminal.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o apoio prestado no âmbito do presente regulamento será, igualmente, excluído ou cessará caso se verifique qualquer uma das seguintes situações:

- a) Ausência de controlo prévio municipal das operações urbanísticas em causa (licenciamento, comunicação prévia ou autorização);
- b) Execução de alterações aos projetos de arquitetura ou de especialidades aprovados, sujeita a controlo prévio municipal (licenciamento ou comunicação prévia).

CAPÍTULO VII

Publicidade

Artigo 23.º

Publicidade das ações

As ações objeto de apoio previsto no presente Regulamento, quando publicitadas ou divulgadas, devem, obrigatoriamente, fazer referência do apoio concedido pela autarquia, através da menção: «Com o apoio do Município de Montemor-o-Velho», acompanhada do respetivo brasão municipal e/ou logótipo.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais e transitórias

Artigo 24.º

Solicitação de documentação

A Câmara Municipal pode, a todo o tempo, solicitar a apresentação de outra documentação que considere necessária para uma correta avaliação dos pedidos e fiscalização do apoio concedido.

Artigo 25.º

Omissões ou dúvidas de interpretação

Quaisquer dúvidas ou omissões suscitadas na aplicação do presente regulamento são resolvidas, de acordo com a legislação em vigor, pela Câmara Municipal.

Artigo 26.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil após a sua publicação no *Diário da República*.

Anexo I

Escala de 1 valor a 5 valores, sendo 1 valor, a classificação mínima e 5 valores, a classificação máxima.

A. Programa do Apoio ao Desenvolvimento Associativo - Critérios para cálculo da pontuação nas áreas da cultura e recreio:

i. Música instrumental:

$P = (a+b+c+d+e+f+g+h)/8$, em que:

(a) Tipologia (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de instrumentistas e complexidade artística

(b) Número de elementos (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de instrumentistas

(c) Número de atuações e/ou audições realizadas (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de atuações e/ou audições

(d) Âmbito geográfico de atuações (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da distância das atuações

(e) Organização de eventos (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função das características dos eventos

(f) Formação (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de ações e participantes

(g) Capacidade de autofinanciamento (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do peso percentual do financiamento próprio no orçamento

(h) Número de parcerias (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de parcerias estabelecidas

ii. Música coral:

$P = (a+b+c+d+e+f+g)/7$, em que:

(a) Número de elementos ativos (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de coralistas

(b) Número de atuações realizadas (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de atuações

(c) Âmbito geográfico das atuações (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da distância das atuações

(d) Organização de eventos (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função das características do evento

(e) Formação (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de ações e participantes

(f) Capacidade de autofinanciamento (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do peso percentual do financiamento próprio no orçamento

(g) Número de parcerias (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de parcerias estabelecidas

iii. Dança:

$P = (a+b+c+d+e+f+g)/7$, em que:

(a) Número de elementos ativos (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de dançarinos

(b) Número de atuações realizadas (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de atuações

(c) Âmbito geográfico das atuações (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da distância das atuações

(d) Organização de eventos (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função das características dos eventos

(e) Formação (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de ações e participantes

(f) Capacidade de autofinanciamento (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do peso percentual do financiamento próprio no orçamento

(g) Número de parcerias (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de parcerias estabelecidas

iv. Teatro:

$P = (a+b+c+d+e+f+g+h)/8$, em que:

(a) Número de peças em cena (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de peças

(b) Número de elementos ativos (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de atores

(c) Número de atuações e audições realizadas (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de atuações e audições

(d) Âmbito geográfico de atuações (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da distância das atuações

(e) Organização de eventos (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função das características dos eventos

(f) Formação (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de ações e participantes

(g) Capacidade de autofinanciamento (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do peso percentual do financiamento próprio no orçamento

(h) Número de parcerias (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de parcerias estabelecidas

v. Folclore e etnografia:

$P = (a+b+c+d+e+f+g+h+i+j)/10$, em que:

(a) Autenticidade, recolha etnográfica e espólio museológico (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do trabalho realizado

(b) Membro de Federação do Folclore Português e/ou da Associação de Folclore e Etnografia da Região do Mondego (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número

(c) Número de atuações (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de atuações

(d) Número de elementos ativos (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de folcloristas

(e) Âmbito geográfico das atuações (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da distância das atuações

(f) Organização de festival (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função das características do festival

(g) Participação em festival (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função das características do festival

(h) Formação (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de ações e participantes

(i) Capacidade de autofinanciamento (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do peso percentual do financiamento próprio no orçamento

(j) Parcerias (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de parcerias estabelecidas

vi. Escolas de Artes:

$P = (a+b+c+d+e+f+g)/7$, em que:

(a) Número de alunos (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de alunos

(b) Número de classes (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de classes

(c) Número de disciplinas lecionadas (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de disciplinas

(d) Escalões etários dos alunos (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função das idades dos alunos, sendo majoradas as que tiverem alunos de menor idade

(e) Capacidade de autofinanciamento (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do peso percentual do financiamento próprio no orçamento

(f) Número de apresentações realizadas (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da caracterização das apresentações

(g) Âmbito geográfico das apresentações (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da distância das atuações

vii. Projetos de artes visuais, artes plásticas, artes do espetáculo, património cultural, património natural, transdisciplinares, multidisciplinares ou outros:

$P = (a+b+c+d+e+f+g)/7$, em que:

(a) **Número de ações** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de ações

(b) **Equipa técnica, pedagógica ou artística** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da caracterização da equipa

(c) **Público-alvo** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da caracterização do público-alvo

(d) **Abrangência territorial** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da cobertura territorial

(e) **Formação** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de ações e participantes

(f) **Capacidade de autofinanciamento** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do peso percentual do financiamento próprio no orçamento

(g) **Parcerias** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de parcerias estabelecidas

B. Programa do Apoio a Infraestruturas, Programa do Apoio Equipamentos e Modernização Administrativa e Programa do Apoio Pontual - Critérios para cálculo da pontuação nas áreas da cultura e recreio:

$P = (a+b+c+d+e+f)/6$, em que:

(a) **Grau de necessidade para o projeto associativo** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do grau de necessidade

(b) **Público-alvo** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da caracterização do público-alvo

(c) **Capacidade de autofinanciamento** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do peso percentual do financiamento próprio no orçamento

(d) **Parcerias** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de parcerias estabelecidas

(e) **Efeito multiplicador no projeto associativo** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função dos efeitos na entidade

(f) **Efeito multiplicador na comunidade** (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da abrangência comunitária e da diversificação dos serviços

E. Mérito - Critérios para cálculo da pontuação nas áreas da cultura e recreio:

$P = (a+b+c+d+e+f+g+h)/8$, em que:

(a) Atividade associativa no ano em curso (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do trabalho realizado ao nível quantitativo e qualitativo. Será majorada a realização de projetos inovadores e diferenciadores

(b) Execução da atividade associativa apoiada (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da execução do contrato-programa

(c) Relatório de Avaliação (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da análise do relatório de avaliação apresentado, quer em termos formais, de conteúdo e de meios de prova de utilização do apoio financeiro atribuído

(d) Participação na Carteira Municipal de Parcerias (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de parcerias e pro-atividade demonstrada

(e) Participação em atividades de organização municipal (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de atividades e pro-atividade demonstrada

(f) Formação (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de ações e participantes

(g) Visita Técnica (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função da análise da condução da visita técnica, quer em termos formais, de conteúdo e de meios de prova de utilização do apoio financeiro atribuído

(h) Disseminação da atividade na comunicação social/ redes sociais (1 a 5 valores)

classificação atribuída em função do número de notícias e representatividade nos órgãos de comunicação social

F. Programa do Apoio ao Desenvolvimento Associativo - Critérios para cálculo da pontuação na área da ação social:

$P = (a+b+c+d+e)/5$, em que:

(a) O desenvolvimento e/ou consolidação da rede dos equipamentos com base na análise da Carta Social Municipal, em função da população-alvo:

- . Infância e juventude (1 valor)
- . População adulta – pessoas adultas com deficiência (3 valores)
- . População adulta – pessoas idosas (4 valores)
- . Combina diferentes grupos-alvo (5 valores)

(b) Diversificação e qualificação dos serviços com base na análise da Carta Social Municipal:

- . Qualificação dos serviços (1 valor)
- . Diversificação dos serviços (3 valores)
- . Qualificação e diversificação dos serviços (5 valores)

(c) Taxa de cobertura em todo o município:

- . Dá resposta a uma parte da população alvo do projeto (1 valor)
- . Dá resposta à maior parte da população (2 valores)

- . Dá resposta a toda a população referida (3 valores)
- . Ultrapassa a população alvo (4 valores)
- . Possibilidade de alargar o âmbito de resposta (5 valores)

(d) Parcerias, entidades locais envolvidas e envolvimento da população:

- . Parcerias com IPSS's (1 valor)
- . Parcerias e outras entidades locais (3 valores)
- . Parcerias e população (comunidade) (3 valores)
- . Parcerias, entidades locais e população (5 valores)

(e) Financiamento:

- . Não tem fundos próprios para garantir a parte não comparticipada (1 valor)
- . Não tem fundos próprios para garantir a parte não comparticipada, mas apresenta proposta para efeito (3 valores)
- . Tem fundos próprios para garantir a parte não comparticipada (5 valores)

G. Programa do Apoio a Infraestruturas, Programa do Apoio Equipamentos e Modernização Administrativa e Programa do Apoio Pontual - Critérios para cálculo da pontuação na área da ação social:

$P = (a \cdot 25\%) + (b \cdot 50\%) + (c \cdot 25\%)$, em que:

(a) Área de intervenção:

- . Escala 1 a 5 valores

(b) Projeto:

- . Escala 1 a 5 valores

(c) Parcerias:

- . Nenhuma parceria (0 valores)
- . até 2 parcerias (1 valor)
- . 3 a 5 parcerias (2 valores)
- . 6 a 7 parcerias (3 valores)
- . 8 a 9 parcerias (4 valores)
- . 10 ou mais parcerias (5 valores)

H. Mérito - Critérios para cálculo da pontuação na área da ação social:

$P = (a \cdot 40\%) + (b \cdot 30\%) + (c \cdot 30\%)$, em que:

(a) Intervenção em áreas prioritárias:

- . Infância e juventude (1 valor)
- . População adulta – pessoas adultas com deficiência (3 valores)
- . População adulta – pessoas idosas (5 valores)
- . Quando combina diferentes grupos-alvo (5 valores)

(b) Criatividade e Inovação:

- . Criatividade ou inovação (3 valores)
- . Criatividade e inovação (5 valores)

(c) Abrangência da resposta:

- . Impacto ou criação de novos públicos (3 valores)
- . Impacto e criação de novos públicos (5 valores)